

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PRECONIZADO POR OLAVO BILAC E POR MANOEL BOMFIM NA PRIMEIRA REPÚBLICA DO BRASIL

Evilásio Paulo Novais Junior

Maria Cristina Gomes Machado

Resumo

O presente texto se trata de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo objetivo consistiu em investigar a relação entre o ensino de Língua Portuguesa preconizado por Olavo Bilac e por Manoel Bomfim e as proposições educacionais da Primeira República do Brasil (1889-1930). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Para satisfazer o intuito a que nos propomos, analisamos a obra *Livro de Composição para o curso complementar das escolas primarias* (1899) e *Livro de Leitura para o curso complementar das escolas primarias* (1899). Para tal análise, tomamos como base a teoria Materialismo Histórico-Dialético, desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. Esta pesquisa faz-se relevante, pois as investigações educacionais a respeito da parceria intelectual entre o poeta, Bilac, e o médico, Bomfim, são escassas. Como resultados, inferimos que o ensino elaborado pelo poeta e pelo médico objetivava inculcar valores considerados adequados para a República nascente e formar os novos dirigentes da nação. Observamos similaridades entre as ideias pedagógicas de Bilac e de Bomfim e a Escola Nova, no que se refere a uma nova concepção de infância e de aprendizagem.

Introdução

Língua Portuguesa, de Olavo Bilac

Última flor do lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira e singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrollo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
Em que da voz materna ouvi: “meu filho!”
E em que Camões chorou, no exílio amargo,

Neste texto, temos o objetivo de relacionar o ensino de Língua Portuguesa preconizado por Olavo Bilac e por Manoel Bomfim e o ideário pedagógico modernizador em debate na Primeira República do Brasil (1899-1930). Para isso, analisamos a obra *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias* (1899) e *Livro de Leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1899). Tais materiais se complementam e têm o objetivo de levar o aluno a se expressar de forma inteligível, seja na modalidade escrita ou na modalidade oral. Esses materiais foram destinados ao ensino de Língua Portuguesa nas escolas primárias e, por isso, escolhemo-los como nossas fontes primárias.

O contexto de elaboração e de publicação dos livros em questão é da Primeira República, proclamada no dia quinze de novembro de mil oitocentos e oitenta e nove. De acordo com Souza (2006), no início desse regime, procurou-se instaurar uma identidade nacional, com vistas à modernidade. A escola, portanto, foi vista como a redentora da nação, a possuidora da função de civilizar e formar em consonância com o ideário que se instaurava. O ensino era entendido como fundamental para a República nascente. Carvalho (1989) cita que, à época, compreendia-se que o povo estava degradado e, por isso, era necessário que a educação modelasse a nação em vistas ao progresso. O analfabetismo em alta configurava-se um empecilho à modernidade, que se almejava. Era preciso enfrentar esse obstáculo mediante o ensino. Martineli (2014) comenta que educação e República eram interdependentes.

Inspirados nesse projeto de modernização mediante o ensino, procurou-se implantar modelos educacionais existentes em outros países, como os Estados Unidos e as nações europeias. A reforma da instrução pública teve seu início no estado de São Paulo, por ser melhor organizado economicamente na última década do século XIX. Essa mudança foi vinculada à adoção de novos métodos, sobretudo, o intuitivo, que defende, preliminarmente, que o conhecimento é adquirido por meio dos órgãos dos sentidos e do contato com o mundo, com os objetos, conforme nos aponta Rozante (2013). Desse modo, o método tradicional, voltado à memorização e à repetição, deu lugar ao método intuitivo; o ensino individual foi substituído pelo simultâneo, no qual um conteúdo é ministrado a todos os alunos ao mesmo tempo; a escola unitária, pelos grupos escolares (SOUZA, 2006). No que concerne a essa última substituição, cabe mencionar que a escola unitária era regida por apenas um

professor, que ministrava o conteúdo escolar para crianças de diferentes níveis de desenvolvimento (ARAÚJO et al, 2015). Os grupos escolares, por sua vez, consistiam em várias salas, cujos alunos, a princípio, possuíam o mesmo nível de aprendizagem. Cada classe ficava sob a regência de um professor. Com esses grupos, introduziu-se a escola graduada, na qual os discentes avançam de classe conforme seu desenvolvimento. É evidente que as mudanças a que nos referimos não aconteceram de forma imediata. Houve tentativas que concorreram para a transformação do ensino, que se deu gradualmente.

Esse contexto, no que concerne à educação, foi marcado por uma transição da concepção escolar. O projeto implantado em São Paulo, segundo Souza (2006), foi modelo para todo o Brasil e propiciou uma nova cultura escolar. No entanto, para abranger todo o país, é evidente que essa nova compreensão de ensino provocou adaptações. Diante do entendimento de que se tratava de um momento de mudança, cabe indagarmos que relação havia entre o ensino preconizado por Olavo Bilac e por Manoel Bomfim, especificamente o ensino de Língua Portuguesa, e esse ideário pedagógico modernizador que apresentamos.

Para apreender qual ensino os escritores preconizaram para a língua da nação, analisamos *Livro de Composição* (1899) e *Livro de Leitura* (1899), como citamos anteriormente. Discorreremos sobre os métodos de ensino em emergência na Primeira República, sobretudo, o intuitivo, pois, segundo Souza (2006), foi entendido como meio de renovação do ensino.

Nossa consulta à historiografia se deu nos seguintes bancos de dados: banco de teses e dissertações da USP¹, banco de teses e dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scielo². Essas fontes foram escolhidas por conterem, em seu acervo, materiais concernentes ao tema em questão. A busca se realizou, como sugere Luna (2017), na sequência: título, resumo e obra.

O referencial teórico que nos apoiamos é o Materialismo Histórico-Dialético, elaborado por Marx e Engels. De acordo com essa corrente, a sociedade deve ser compreendida a partir do seu modo de produção, que gera os ideais, os princípios e

¹ Plataforma virtual na qual são encontradas teses e dissertações defendidas na Universidade Estadual de São Paulo.

² Science Eletronic Library Online (Scielo) é uma biblioteca eletrônica internacional para consulta a artigos científicos.

a consciência dos indivíduos, da sociedade (MARX, 2001/1847). Paulo Netto (2010) explica que, para Marx, a pesquisa consiste na transposição do objeto, tal como é, à mente do pesquisador, que deve alcançar a essência desse objeto. Escolhemos esse referencial, porque nosso objeto de estudo é determinado por aspectos históricos e sociais.

Esta investigação faz-se relevante para o preenchimento de uma lacuna no conhecimento, visto que as pesquisas na área educacional voltadas à parceria entre o poeta e o médico são escassas. Isso pode ser atestado mediante a busca que fizemos no banco de teses e dissertações da Capes, com a palavra-chave *Bilac*³. Nessa plataforma, restringimos a busca às pesquisas realizadas na área da educação, e identificamos o tema a partir da leitura dos títulos e, em seguida, dos resumos. Encontramos apenas três trabalhos que se voltam à parceria entre Bilac e Bomfim, a saber: *Viajando com Bomfim e Bilac "Através do Brasil"*, de Santos (2003); *A vida sob efeitos do transe: tecnologias do eu e sugestões escolares nos livros didáticos de Manoel Bomfim e Olavo Bilac*, Guimarães (2004) e *Pátria, nação, povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Através do Brasil (1910)*, de Nascimento (2010). Como é possível observar pelos títulos, apenas dois se ocupam da investigação do *Livro de Composição* (1899) e do *Livro de Leitura* (1899). Esse quadro revela que as investigações situadas na área da educação voltadas aos escritos da parceria entre o poeta e o médico são incipientes, sobretudo, no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa.

No decorrer do curso de graduação, não ouvi falar de Bilac ou de Bomfim. Eu não havia me debruçado sobre seus textos. Sobre o primeiro, eu apenas sabia que tinha sido um grande poeta brasileiro, contemporâneo de Machado de Assis. Sobre o segundo, eu não tinha ainda tomado conhecimento, uma falha em minha formação. Ao ouvir em aula que seus textos se voltaram para a educação, eu estava à procura de um tema para desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Despertou-me a curiosidade. Em busca das obras dos literatos, encontrei poemas e romances que muito me atraíram a atenção. Não tive dúvida: Bilac e Bomfim seriam meu objeto de investigação. Essa escolha se baseou no interesse, é evidente, que sempre tive

³ Para o levantamento no banco de teses e dissertações da Capes, escolhemos a palavra-chave Bilac e não Bomfim. Com apenas um nome, pudemos encontrar os trabalhos que se voltam à parceria dos dois escritores.

pela literatura brasileira e pela compreensão de que, por pesquisar intelectuais pouco estudados no meio educacional, poderia contribuir para a academia científica.

Como é possível verificar, a pesquisa abordará muitos aspectos e, para o desenvolvimento deste trabalho, organizamos o texto da seguinte maneira: num primeiro momento, discorreremos sobre a vida e a obra dos autores, bem como fazemos uma análise do *Livro de composição* (1899), relacionando-o à educação que se queria implementada à época. Posteriormente, voltamo-nos à obra *Livro de Leitura* (1899). Por fim, retomamos as questões abordadas e apresentamos os resultados obtidos.

Bomfim, Bilac e o ensino de Língua Portuguesa

Manoel José Bomfim nasceu no dia 08 de agosto de 1868, em Aracaju- Sergipe. Era filho de Paulino José Bomfim e de Maria Joaquina Bomfim. O pai foi proveniente de um lar humilde; a mãe, de uma família rica. Manoel Bomfim nasceu e cresceu em boas condições financeiras. Sua família era composta por donos de engenho, no qual o literato trabalhou até por volta de seus doze anos de idade. Anos depois, com dezesseis anos, Bomfim deixa sua família e se dirige à zona urbana a fim de realizar os estudos preparatórios para ingressar à faculdade de Medicina. Essa conquista foi alcançada em 1886, quando entra no almejado curso em Salvador-Bahia. A graduação foi concluída na cidade do Rio de Janeiro, em 1890 (SILVA, 2017). De acordo com Silva (2017), o escritor optou migrar a faculdade carioca por sua oposição à instituição baiana. Esta acreditava que a miscigenação era a causa dos problemas nacionais. Bomfim se opôs veementemente contra esse pensamento, pois defendia que os problemas, as doenças que se proliferavam à época devido ao crescimento urbano desordenado tinham características sociais. O estudioso foi integrante do movimento médico-higienista, que objetivava conter as doenças e curar feridos de guerra (SILVA, 2017).

Logo após sua formatura, Bomfim se torna médico na Polícia do Rio de Janeiro, em 1891. No ano seguinte, em 1892, foi nomeado tenente-cirurgião da Brigada Policial, na mesma cidade. Poucos anos depois, foi clinicar em São Paulo, onde teve dois filhos, Aníbal e Maria. Esta faleceu com apenas dois anos de idade. Tal episódio trouxe traumas para Bomfim e o retirou do campo da Medicina. A saída dessa área o levou à educação. O escritor foi diretor da Escola Normal do Distrito Federal. Nos anos

1898 a 1899 e em 1905, foi diretor de Instrução pública do Rio de Janeiro (equivalente atualmente a secretário municipal de educação). Nessa cidade, dirigiu também o Pedagogium nos anos 1897 a 1902 e 1911 a 1919. Essa instituição consiste num centro de estudos pedagógicos e psicológicos.

Em 1902 e 1903, Bomfim estudou aspectos psicológicos na Universidade Sorbonne com Alfred Binet e com George Dumas. Tais pesquisas impulsionaram o literato a criar “[...] o primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil” (SANTOS, 2017, p. 22), em 1906. No ano seguinte, o escritor é eleito deputado federal e permanece nesse cargo até 1909. Durante sua carreira, Bomfim sempre foi um defensor da instituição popular. Enquanto parlamentar, não foi diferente; o legislador sergipano defendeu a atuação e a intervenção da União no ensino primário, para sua melhoria e sua ampliação (SANTOS, 2017).

Manoel Bomfim também foi um jornalista, carreira a qual ingressou por influência de Olavo Bilac e de Alcindo Guanabara. Atuou em muitos periódicos, como *Jornal do Comércio*, *O Correio do Povo*, *A Nação*, que ajudou a fundar. Foi diretor da *Revista Universal* e criador da *Revista Leitura para todos* e da revista infantil *O Tico-Tico*, que esteve em grande circulação nos anos 1905 a 1962 (SANTOS, 2017).

Devido a um câncer na próstata, contra ao qual lutava desde 1926, Bomfim falece na cidade do Rio de Janeiro, no dia 21 de abril de 1932, aos 63 anos de idade. O escritor deixou um grande arsenal bibliográfico, como *A América latina: males de origem* (1903), *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *Através do Brasil* (1910), *Livro de Composição* (1899) e *Livro de Leitura* (1899). Os três últimos escritos em parceria com Olavo Bilac. Santos (2017) indaga como dois pensadores tão diferentes puderam cultivar uma amizade tão forte, tanto no âmbito pessoal, quanto no intelectual. O pesquisador mesmo responde. O que unia Bilac e Bomfim era a crença de que os problemas nacionais seriam resolvidos mediante a ampliação do ensino.

Agora, portanto, cabe tecermos sobre o outro autor dos livros que aqui analisamos. Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1865. Filho de Brás Martins dos Guimarães Bilac, médico, e de Delfina Belmira dos Guimarães Bilac. O escritor nasceu um ano depois da eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870). De acordo com Nicola (1989), Brás Bilac

esteve nesse combate e, por isso, o poeta o conheceu somente aos cinco anos de idade.

Em 1881, Bilac ingressou no curso de Medicina e o abandonou em 1886 para ingressar no curso de Direito, em São Paulo. O jovem abandonou também essa graduação em 1888 e retornou ao Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, publicou *Poesias* (1888), livro que o fez conhecido e o retirou das salas de aula, trocando-as pelo jornalismo. Assim, o literato fundou, junto a Pardal Mallet, o jornal *A Rua*, que estava em atividade, na cidade do Rio de Janeiro, nos meses de abril a junho de 1889. Seu interesse pelas letras era antigo, em 1883, com apenas 17,18 anos, Bilac já começava a escrever textos em jornais (DIMAS, 1996). Em relação a isso, na crônica *Gazeta de Notícias*, de 1903, o escritor mesmo afirmou: “[...] Os meus dezoito anos e os meus versos eram uma riqueza tão grande, que a riqueza dos outros não me podia causar inveja...” (BILAC, 1996, p. 54).

Em 1890, o escritor realizou seu grande sonho, ingressou na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. O intelectual expressou, numa crônica desse mesmo jornal, que “[...] ficava a namorar, com olhos gulosos, essas duas portas de ouro da fama e da glória” (BILAC, 1903, p. 53). Esse sentimento se deve ao fato de que entrar na *Gazeta de Notícias* era o meio de tornar-se literato, de lograr fama. Por essa razão, não só o escritor em questão possuía tal sonho, mas muitos ao seu redor, como afirmou o próprio Bilac (1903, p. 55): “É que a *Gazeta*, naquele tempo, era a consagradora por excelência. Não era eu o único que a namorava; todos os da minha geração tinham a alma inflamada nessa mesma ânsia ambiciosa”. Ainda em 1890, o poeta assumiu o cargo de oficial da Secretaria de Instrução Pública e Particular, posto ocupado até 1892 (DIMAS, 1996).

Olavo Bilac ingressou no jornalismo num período incerto para a nação. Não se sabiam as consequências da Proclamação da República (1889) e da Abolição da Escravatura (1888). O escritor não deixou de cunhar politicamente suas crônicas, atitude que o levou ao exílio interno em Ouro Preto-MG, em 1893 (DIMAS, 1996). Segundo Rodrigues (s/d), o jornalista foi exilado por fazer oposição a Floriano Vieira Peixoto⁴. O poeta permaneceu nessa situação até 1894, quando retornou ao Rio de Janeiro.

⁴ Floriano Peixoto foi o primeiro vice-presidente da República no ano de 1891 e o segundo presidente da República nos anos de 1891 a 1894.

Em 1896, Bilac fundou, junto a Machado de Assis e outros literatos⁵, a Academia Brasileira de Letras. Ocupou a cadeira 15, que tem como patrono Gonçalves Dias. No ano seguinte, substituiu Machado de Assis na coluna *Crônica* da *Gazeta de Notícias*. Nesse cargo, o poeta tornou-se um orientador de opinião e alcançou duas conquistas: substituir um consagrado escritor e estabelecer-se definitivamente num jornal. As crônicas de Bilac não tinham uma homogeneidade evidente; ora levantavam voz contra o sistema vigente, ora propunham ideias reacionárias (DIMAS, 1996). Tal constatação nos leva a indagar qual a posição do escritor diante do projeto modernizador de ensino, a que nos voltamos para o desenvolvimento desta investigação.

No ano de 1915, o poeta discursou aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Bilac criticou a ausência de unidade nacional, a ignorância e o analfabetismo no Brasil, entre outros. Para o escritor, a solução para esses problemas era o sorteio militar. A palestra proferida impulsionou a formação de dois grupos de caráter patriótico, Liga da Defesa Nacional, no Rio de Janeiro, e Liga Nacionalista, em São Paulo. Olavo Bilac atuou nas duas entidades. Na primeira, teve maior participação, que se efetivou na representação, em cidades, e na divulgação, em seus discursos, dessa instituição, cuja prioridade consistia no serviço militar obrigatório. Na Liga Nacionalista, por sua vez, o poeta se tornou presidente honorário. Essa agremiação visava à mudança nas políticas nacionais mediante a educação, entre outros objetivos. Com essas participações, o literato envolveu-se, de forma intensa, com as ideias e as soluções para os problemas do país. Assim, a imagem de Bilac, que se associava, primeiramente, à poesia, começou a dar espaço para a figura de um patriota (HANSEN, 2015).

⁵⁵ Segundo site da Academia Brasileira de Letras, a instituição possui os seguintes fundadores: Araripe Junior, Artur Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Souza, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Octávio, Silva Ramos, Teixeira de Melo, Visconde de Tauney, Coelho Netto, Filinto de Almeida, José do Patrocínio, Luiz Murat, Valentin Magalhães, Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos Laet, Garcia Redondo, Pereira da Silva, Rui Barbosa, Sívio Romero e Urbano Duarte. Estes, somando trinta membros, elegeram mais dez, para que ficasse de acordo com a Academia Francesa. Esses eleitos, também fundadores, são: Aluísio Azevedo, Barão de Loreto, Clóvis Beviláquia, Domício da Gama, Eduardo Prado, Luís Guimarães Júnior, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima, Raimundo Correia e Salvador Mendonça (informações buscadas no site da Academia Brasileira de Letras).

Em decorrência de deficiência cardíaca e pulmonar, Olavo Bilac morre no Rio de Janeiro, no dia 28 de dezembro de 1918, aos 53 anos (DIMAS, 1996). O escritor é lembrado predominantemente por sua poesia (HANSEN, 2015) e considerado o poeta mais popular do parnasianismo brasileiro (RODRIGUES, s/d). Bilac deixou um acervo de obras, como crônicas, livros destinados à infância, poemas. Alguns dos seus textos são: *Poesias* (1888), *Contos Pátrios* (1904), *Hino à Bandeira* (1906), *Teatro Infantil* (1905), *Através do Brasil* (1910), *Livro de Leitura* (1899) e *Livro de Composição* (1899).

O poeta e o médico que ora apresentamos não foram os únicos a se dedicarem literariamente à infância. De acordo com Lajolo e Zilberman (1984), a literatura infantil brasileira desenvolveu-se em meados da Proclamação da República (1889). Houve uma exigência de leituras modernas devido ao processo de urbanização e de industrialização. Conforme Martineli (2014), uma literatura voltada à criança e consonante ao ideal republicano foi necessária para a formação de um novo povo. A autora cita que a literatura infantil e a Pedagogia estavam unidas naquele período. Lajolo e Zilberman (1984) comentam que tal união teve seu início já desde a difusão da literatura infantil, na Inglaterra do século XVIII, porque as crianças deviam se alfabetizar para apreciar e acessar essa manifestação artística. Para as pesquisadoras, isso pressupõe a atuação da escola, que era facultativa até o século supracitado. No Brasil republicano, identificamos a junção dessas duas áreas, pois citam as mesmas estudosas que a escola e o texto literário infantil, em conjunto, sobretudo, eram vistos como um modo de forjar novos cidadãos.

Livro de Composição (1899) não foge desse objetivo, pois contém valores inscritos em suas páginas. A obra é destinada ao curso complementar, última etapa da escola primária de primeiro grau, visto que tal ensino se dividia em três períodos, cada um com duração de dois anos: elementar, médio e complementar (BRASIL, 1890). O material se divide em quinze capítulos. Cada um deles é dedicado à explicação de um gênero textual, com exceção da descrição, que é abordada por sete. As tipologias apresentadas são respectivamente: enumeração, exposição, narração, descrição, conto, carta, dissertação e resumo. Em cada capítulo, há tópicos que versam sobre um tema e são organizados por sumário, direção e modelo de texto. A estruturação desses itens tinha o objetivo de orientar o aluno nos exercícios a serem realizados, que consistiam em composições de textos.

O livro se destinou a alunos que dispunham de favoráveis condições financeiras. Isso pode ser identificado por meio dos exercícios apresentados. A descrição *A vida no campo* tem um trecho elucidativo quanto a isso: “[...] Em lugar nenhum me sinto tão bem como na fazenda de papai”. (BILAC; BOMFIM, 1930, 1899, p. 159). Em outra descrição, está disposto “[...] E foi com um criado que ia fazer compras” (BILAC; BOMFIM, 1930, 1899, p. 107). Tais citações e outras mais confirmam que os escritores destinaram sua obra a alunos de elevada posição social.

Guimarães (2004) cita que *Contos Pátrios* (1904), de Bilac e de Coelho Netto, e *Através do Brasil* (1910), de Bilac e de Bomfim, foram escritos para estudantes brancos do litoral, destinados a serem os novos dirigentes do país. Por isso, a preocupação, segundo o autor, de fazer com que esses livros didáticos inculcassem a solidariedade nesses indivíduos, pois seriam a nova elite que cuidaria de toda a população. A conclusão a que chega o pesquisador a respeito dos dois exemplares pode contemplar também o *Livro de Composição* (1899)⁶.

Vale mencionar que, segundo Silva (2010), a “superioridade branca” influenciou o nacionalismo no Brasil e foi característica dos livros escolares. A autora argumenta que, no fim do século XIX, a literatura criticou o sistema escravocrata. A superioridade a que nos referimos foi utilizada de forma científica para a morte e a escravização de pessoas tidas como inferiores, como bem argumenta a pesquisadora. Os livros didáticos apresentavam a subordinação do negro, do indígena e do sertanejo ao homem branco do litoral, de acordo com Guimarães (2004). Essa exposição, no entanto, não era justificativa ou anseio para a escravidão, mas confirmava a crença de que o homem branco era apto para dirigir e cuidar do restante da população.

O *Livro de Composição* (1899) foi adotado e aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal. Em razão disso, o exemplar conta com um parecer dessa instituição escrito por José Pinheiro, membro da organização. Logo nesse texto preliminar, afirma-se que a obra é o primeiro guia escolar para a composição da escrita. Bilac e Bomfim (1899, 1930) expressaram essa ideia no preâmbulo; citaram que o motivo da publicação era a falta de livros que orientassem a redação. A originalidade da obra foi refutada por Fernandes (2001). A autora

⁶ Apesar da constatação de que *Livro de Composição* (1899) e, conseqüentemente, *Livro de Leitura* (1899) foram destinados a alunos ricos, Bomfim é lembrado enquanto “[...] solidário aos brasileiros mais pobres ao se bater em várias esferas do sistema educacional pela propagação da instrução pública” (SANTOS, 2017, p. 22 e 23).

argumenta que o livro *Exercícios de Estylo*, de 1885, elaborado por Felisberto de Carvalho, foi dedicado à composição da escrita. A novidade do livro de Bilac e de Bomfim, segundo a pesquisadora, pode ser justificada pela referência a questões linguísticas, à organização textual, visto que a obra de Carvalho se relaciona à exposição de textos.

O objetivo dos literatos consistia em fazer com que os alunos soubessem escrever e dizer aquilo que pensam e sentem. Para os teóricos, o estudo das regras da gramática normativa não era suficiente para o indivíduo conseguir se expressar de forma inteligível. Bilac e Bomfim (1899, 1930, p. 11) comentam que:

O alumno póde perfeitamente estar senhor de todas as regras da grammatica, e não saber dizer o que pensa e o que sente. A grammatica secca, abstracta e árida, com que se cança o cérebro das crianças, não ensina escrever. Ninguém cuida de lhe negar utilidade e valor: mas querer habituar o alumno ao manejo da língua só com o estudo da grammatica e começar esse ensino pelas regras abstractas da lexicologia e da syntaxe, é o mesmo que querer ensinar mathematica só com o estudo da geometria analytica

Era preciso ir além das correções relacionadas à norma padrão da língua. O professor devia ensinar a criança a apresentar seus pensamentos, suas impressões; mostrar-lhe os vocábulos e seus significados, as expressões mal formuladas. A visão negativa das regras do idioma em seu modo normativo é indicativa de um afastamento do método tradicional, voltado à memória e à repetição e centrado no conteúdo, conforme nos apresentam Machado e Werri (2018) ao analisarem as tendências pedagógicas. Apesar do afastamento desse ensino, a posição dos autores, conforme Fernandes (2001), não foi vanguardista, como pode aparentar num primeiro momento. A crítica ao ensino da gramática normativa era comum no início do século XX. Isso mostra, de acordo com a pesquisadora, que Bilac e Bomfim compartilhavam com as ideias vigentes.

Se o livro se afasta do método tradicional por rechaçar o foco exaustivo nas regras da norma padrão da língua, aproxima-se desse ensino pela disposição dos exercícios contidos na obra, que são apresentados em grau crescente de dificuldade. Souza (2006) explica que, na pedagogia tradicional, a abordagem de conteúdos parte do simples e dirige-se ao complexo. Podemos inferir, portanto, que a exposição das ações no livro se aproxima desse método e também dos métodos concêntrico e intuitivo. O primeiro, segundo Souza (2006), defende que, inicialmente, devem ser

ensinados conhecimentos acessíveis à criança e, progressivamente, pode-se aumentar a intensidade desse conteúdo, conforme o desenvolvimento do estudante. O ensino intuitivo defende uma organização pedagógica similar. Os conteúdos partem de um plano concreto e se dirigem à abstração, como nos explica Souza (2006).

É possível identificar também aproximações aos ideais da Escola Nova⁷. Pinheiro (1899, 1930), no parecer, expressa que os exercícios foram elaborados de modo a promover a independência do aluno. A criança seria estimulada de tal forma que, qualquer que fosse seu grau de desenvolvimento, conseguiria realizar as atividades propostas. O professor devia orientar o estudante sem lhe impedir a espontaneidade.

Bilac e Bomfim (1899, 1930) defendiam que o aluno, antes de compor seu texto, refletisse a fim de elaborar e de organizar mentalmente aquilo que pretendesse escrever. O indivíduo deveria saber quais ideias expor primeiro. É necessário evitar as copulativas para ligar períodos, pois esse recurso desvia do assunto. Isso se refere à esquivia do uso de conjunções, de advérbios e de locuções adverbiais de que nos valem para ligar frases. A relação, segundo os literatos, dava-se pelo pensamento e não pelas palavras. Para uma redação compreensiva, era preciso evitar o excesso de orações explicativas e de qualificativos, a repetição de palavras e de expressões e o uso de dizeres populares. Para os autores, a melhor qualidade da escrita era a concisão e, para fazer com que a criança alcançasse esse aspecto, era requerido o combate à sua personalidade volúvel e difusa.

Há notas preliminares nos capítulos: *Narrações*, *Descrições*, *Cartas* e *Dissertações*. A primeira deve ser interessante, atrativa e verossímil. A segunda deve ser fiel ao objeto de análise e abarcar o conteúdo geral sem se limitar a detalhes. Aquele que descreve precisa escolher um ponto de vista para observar o elemento e discorrer a respeito. A carta, por sua vez, contém naturalidade e simplicidade. Sobre a dissertação, afirma-se que esse gênero exige estudo, observação e raciocínio. Ao exemplificar a argumentação, os autores discorrem sobre um ideal de escola, na qual o aluno aprende a raciocinar e não apenas decora e aprende lições. O ensino deve

⁷ A Escola Nova foi um movimento educacional que emergiu na América do Norte, no fim do século XIX, e se consolidou no Brasil no início do século XX (PEREIRA et al, 2009). Essa pedagogia colocou a criança como centro do ensino; e voltou-se ao processo de apropriação do conhecimento. Nessa perspectiva, está muito presente a ideia de aprender a aprender (MANIFESTO..., 1932).

fazer com que o aluno aplique os conhecimentos adquiridos em sua vida. O indivíduo, para tomar posse do saber, necessita aprender a pensar e, por isso, a função da escola é desenvolver nele uma disciplina intelectual. Ao fim desse capítulo, há explícitos os objetivos da educação escolar: ensinar direitos e deveres, formar cidadãos, desenvolver o espírito, ensinar o amor à pátria. O analfabetismo é entendido como empecilho para o progresso da República e isso se deve ao Império, que não deu à educação popular a atenção devida.

O livro tem o intuito de levar os estudantes a saberem expressar o pensamento; mas há um aviso: nem todos têm a vocação de literato, o “[...] artista da palavra” (BILAC; BOMFIM, 1899, 1930, p. 12). As ideias de vocação, de aptidão, de faculdade natural estão presentes na reforma que se queria implementada. De acordo com Reis Filho (1995), uma das justificativas para o ensino renovador partiu, entre outros, do entendimento de que a escola deve corresponder às capacidades naturais do aluno. Esse princípio, conforme esse pesquisador, foi defendido por Pestalozzi, que acreditava que as capacidades humanas eram inatas e desenvolvidas pela experiência sensorial. Assim, cabia ao ensino apresentar o saber aos alunos a fim de que pudessem adquiri-lo mediante a intuição, que é desenvolvida por meio da internalização do conhecimento. Esse ciclo leva ao desenvolvimento das faculdades naturais do indivíduo. A citação de Bilac e Bomfim sugere que o ensino por eles preconizado tinha essa concepção.

O que apresentamos até aqui se refere mais ao que está disposto no preâmbulo e no parecer. O primeiro serve como um guia para o professor, visto que o aluno, geralmente, direciona a leitura para o texto em si. O preâmbulo, portanto, apresenta a forma pela qual o docente deveria intervir para que o estudante aperfeiçoasse sua escrita (FERNANDES, 2001). Os exercícios, por sua vez, voltavam-se ao alunado. Isso pode ser atestado mediante a exposição de Fernandes (2001). A autora cita que as atividades abordam temas do cotidiano dos discentes e situações lúdicas. Teceremos agora a respeito dessas ações propostas pelo livro.

Logo na abordagem do primeiro gênero textual, enumeração, os literatos já fazem uma breve referência à lição de coisas, forma pela qual se inicia o método intuitivo, segundo Souza (2006). A autora, ao referenciar Pestalozzi, cita que as ideias defendidas pela lição de coisas consistem na valorização da descoberta pela criança, no respeito à singularidade e ao tempo do estudante. Ainda no princípio do guia,

aborda-se a escola graduada. No tópico *Sala de aula*, do primeiro capítulo, os autores oferecem um modelo do gênero textual no qual descrevem uma escola com diversas salas de aula, que continham aproximadamente trinta carteiras cada. Há também uma menção honrosa a Benjamin Constant como homem que se dedicou arduamente à instrução. Esse educador foi quem elaborou o Decreto 981/1890, documento que regulamentou a instrução na capital. Segundo Souza (2006), esse registro internalizou aspectos do novo modelo educacional que se instaurava no país.

Durante o livro, observam-se citações relacionadas ao patriotismo. A bandeira nacional, seu hino, a instrução cívica são elementos que aparecem na obra. Os literatos apresentam nomes de grandes figuras nacionais: Coronel Tamarindo, Moreira Cesar, José Bonifácio, Almirante Tamandaré, Tiradentes, entre outros⁸. Encontram-se também menções honrosas à República, que é exaltada enquanto um período de liberdade do povo. Há ainda enaltecimento do serviço militar brasileiro, exposto como uma unidade forte, disciplinada e inteligente. É evidente que, mediante o ensino de Língua Portuguesa, queriam os autores oferecer uma educação cívica. Essa ideia pode ser asseverada se nos atentarmos ao fato de que Bilac, de acordo com Hansen (2015), foi tido enquanto uma figura patriótica por ter defendido o serviço militar obrigatório nos últimos anos de sua vida.

Além disso, por meio da literatura infantil, segundo Lajolo e Zilberman (1984), pretendia-se formar um novo cidadão. Esse objetivo delegava à arte literária destinada à infância uma função, predominantemente, cívica. De acordo com Silva (2010), uma das características do século XX foi o nacionalismo, que, no Brasil, nasceu da elite com a finalidade de promover a Independência (1822). Após esse evento, procurou-se difundir uma cultura nacional, que teve na literatura, mais particularmente no Romantismo, sua primeira tentativa. O nacionalismo, no Brasil, configurou-se em sua forma autoritária; significou a subordinação ao Estado (SILVA, 2010). Na época imperial brasileira, a literatura, conforme Cândido (2000), abordou o indígena e a paisagem local. Na República, porém, havia o enaltecimento do progresso da nação, do atual regime, com a valorização da urbanização e da indústria que se pretendia implantar no país (SILVA, 2010). Enquanto no Império vigorava o sentimento de

⁸ A citação de heróis nacionais parece ser uma característica da parceria entre Bilac e Bomfim. Em *Através do Brasil* (1910), mencionam-se os seguintes nomes: Caramuru, Martim Afonso, João Ramalho, Anita Garibaldi, entre outros.

pertencimento e a vontade de construir uma cultura; na República, havia a vontade de se identificar com outras nações consideradas modernas (SEVCENKO, 1999).

Na obra, são apresentados comportamentos e valores, como: solidariedade, respeito, ajuda aos pais, asseio, sinceridade, coragem, organização, responsabilidade, entre outros. Para exemplificar tal afirmação, podemos mencionar alguns tópicos. No sumário do tema *Conducta na rua*, lê-se: “Como deve proceder na rua uma criança bem educada” (BILAC; BOMFIM, 1930, 1899, p. 39). Em seguida, observamos o item *Aceio*, que o próprio nome já sugere o conteúdo. Em *Lavagem da baixela*, no sumário, lemos: “A criança ajuda a mamãe a lavar a baixela” (BILAC; BOMFIM, 1930, 1899, p. 47). Em *O mentiroso*, o modelo de composição expõe os malefícios da mentira. No tópico *O incêndio da Barca Terceira*, os autores oferecem um modelo no qual o protagonista é um homem solidário e corajoso que salva duas pessoas do afogamento no mar.

Em meio aos temas de que se valeram os escritores, podemos identificar também um entendimento de mundo. No tópico *O segredo da prosperidade*, sugere-se que o aluno escreva um conto no qual um homem rico visita um homem pobre. Este indaga o primeiro como adquiriu fortuna. Sem responder, o visitante levanta-se e apaga um candelabro, deixando apenas um aceso. No ponto *Os três grãos de milho*, há uma proposta de escrita na qual a personagem protagonista é um herdeiro rico que levava uma vida ociosa, sem se preocupar em manter sua fortuna. Certo dia, esse rapaz, de forma desrespeitosa, dá três grãos de milho a um mendigo, que, após algum tempo, torna-se rico. O abastado jovem, por sua vez, empobrece. Essas propostas de escrita revelam a compreensão de que a contenção de gastos, o trabalho, a dedicação e o esforço pessoal são suficientes para progredir economicamente. A condição financeira do indivíduo depende dele mesmo. Essa ideia está presente também em *Poesias Infantis* (1904), de Olavo Bilac (1904, p. 41): “[...] O trabalho e a economia são as bases da riqueza”.

De acordo com Marx (1984), a produção capitalista necessita de uma massa de trabalhadores, que possui somente sua força de trabalho. O sistema social vigente, segundo o teórico, exige o contato entre as classes operária e burguesa. A camada dominante possui sua riqueza em crescimento sem se submeter ao trabalho, pois vive do labor alheio. O operário, por sua vez, é separado do resultado de seu trabalho e dos meios de produção. A partir dessa constatação, compreendemos que o labor e a

dedicação não levam o indivíduo à riqueza, mas sim à acumulação capitalista, na qual a classe dominada é produtora dos bens e, no entanto, não tem acesso a eles.

O guia não pretende transmitir somente conceitos relacionados à Língua Portuguesa. Abordam-se outras áreas do conhecimento, como a Biologia e a Geografia. Tópicos que apresentam essas duas matérias são: *Descrição geographica*, que versa sobre o litoral carioca; *Uma borboleta*, no qual se explica a configuração dos insetos; *Uma aranha*, e outros. De acordo com Fernandes (2001), a atenção à Biologia é baixa no livro; mas se deu, porque, à época, estavam muito em voga as pesquisas vinculadas a ciências naturais.

Um aspecto do livro a ser destacado é a exaltação à natureza, à vida no campo. Podemos elucidar essa ideia com um trecho retirado de um conto no qual pai e filho contemplam o céu noturno:

Por fim a sua curiosidade o levou a perguntar ao pai:
- Quantas estrelas há no céu: o numero d'ellas deve ser extraordinário!
O pai sorriu e disse: - É impossível calcular o numero das estrelas, meu filho! O homem, apesar de todos os progressos da sciencia, apesar do esforço e do estudo de tantas gerações de sábios, não pode ainda e não poderá tão cedo ficar senhor de todos os segredos da natureza (BILAC, BOMFIM, 1899, 1930, p. 170).

A natureza é apresentada como grandiosa e superior ao homem. O campo é tido como benéfico ao ser humano. Segundo Lajolo e Zilberman (1984), o enaltecimento à natureza é característica da literatura infantil da época. Esse aspecto, portanto, não é particularidade de Bilac ou de Bomfim. As autoras argumentam também que, na literatura não infantil, desde o período colonial, a exaltação à natureza é utilizada como símbolo da nacionalidade. O engrandecimento do meio natural foi um meio de se mencionar o patriotismo nos textos destinados às crianças, naquele período. Esse traço é bem ressaltado no *Livro de Leitura* (1899). Por essa razão, retomamos essa questão mais adiante.

Ao abordar o enaltecimento à natureza, cabe mencionar que havia a valorização da urbanização, embora a maior parte da população brasileira vivesse no campo. Nagle (1974) afirma que, em 1890, a população geral do Brasil era constituída por, aproximadamente, 14.300.000, enquanto a população citadina consistia em

1.200.000. Em 1920, segundo o autor, o país possuía cerca de 30.600.000 habitantes, dos quais apenas três milhões residiam na cidade.

Trabalho, pátria e natureza como temas educacionais

Faz-se necessário analisar a obra *Livro de Leitura* (1899), porque, como afirmamos anteriormente, foi destinada ao ensino de Língua Portuguesa nas escolas primárias e é também complemento do *Livro de Composição* (1899). Algumas características são comuns nos dois materiais, como exaltação à República, à pátria e a heróis nacionais. Sem o objetivo de nos tornarmos repetitivos, pretendemos apresentar os traços que nos são relevantes e relacioná-los ao que foi abordado até aqui.

De acordo com Santos (2010), o livro é um meio pelo qual os valores são selecionados e construídos em determinada sociedade. Conforme Eagleton (2006), os julgamentos que classificam a literatura são históricos; fundamentam-se em estruturas sociais profundas e se relacionam às ideologias. Essa manifestação artística, portanto, atrela-se ao contexto em que está inserida e também dissemina valores e comportamentos (EAGLETON, 2006). Isso parece ocorrer com os livros de Bilac e de Bomfim.

O *Livro de Leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1899), escrito por Bilac e por Bomfim, apresenta textos de todos os gêneros. O material incumbiu-se de desenvolver a expressividade nos alunos e de oferecer-lhes modelos de escrita então corrente. Por isso, os autores dispuseram textos de literatos modernos. Os escritores antigos, mesmo que clássicos, não foram escolhidos, porque a linguagem que empregavam foi considerada arcaica. No capítulo introdutório, intitulado *Explicação*, Bilac e Bomfim (1899, 1930) citam alguns desses intelectuais: Gil Vicente, Manoel Bernardes, Damião de Goes, entre outros. São eles “[...] os mestres da língua, os que criaram suas fórmulas gramaticais [...] mas uma linguagem não é feita só de gramática. Dentro das regras gramaticais, há mil modos de dizer as coisas” (BILAC; BOMFIM, 1899, p. 12). Havia, portanto, o reconhecimento dos grandes literatos; mas procurou-se oferecer uma linguagem acessível e próxima ao alunado. Com base no trecho supracitado, é possível observar um afastamento do

ensino da gramática normativa, característica que identificamos na primeira obra analisada

A complementação entre o *Livro de Leitura* (1899) e o *Livro de Composição* (1899) uniu dois ensinamentos que não se davam, precisamente, de forma concomitante, a escrita e a leitura. Essa última era privilegiada na educação escolar (SANTOS, 2010). A junção pedagógica dessas duas práticas atesta que os autores entendiam que, para levar o aluno a se expressar de forma inteligível, era preciso o ensino de redação e de leitura, em conjunto. Como Bilac e Bomfim (1899, 1930, p. 10) mesmos alegam: “[...] Os exercícios de composição e de redação não podem ser utilmente desempenhados sem o uso frequente da boa leitura”.

Santos (2010) faz um mapeamento dos escritores que possuem mais textos no *Livro de Leitura* (1899), a fim de identificar os valores disseminados. Essa seleção, segundo o pesquisador, privilegiou os literatos⁹ membros da Academia Brasileira de Letras e aqueles que compartilhavam ideias com Bilac e Bomfim. Isso indica que havia um projeto a ser promovido (SANTOS 2010).

Os três autores que possuem mais excertos são: Machado de Assis, Eça de Queiroz e Olavo Bilac. Tais intelectuais têm, cada um, dez textos na obra (SANTOS, 2010). A escolha desses literatos baseou-se nos critérios apontados pelo pesquisador e pode ter sido impulsionada por certo fascínio pessoal. Em 1903, na crônica intitulada *Gazeta de Notícias*, Bilac (1996, p. 55), ao discorrer sobre seu sonho de ingressar nesse jornal, cita os escritores do periódico: “[...] como eu lhes silabava os nomes com ciúme e admiração. Eram Eça de Queiroz, Machado de Assis, Ramalho Ortigão, tantos outros...”. Esse último está entre os quatorze mais citados. A seleção dos textos, portanto, pode ter sido fruto de escolha pessoal.

Santos (2010), ao tratar das ideias acerca da pátria presentes no livro, atestou que o material exaltou a natureza e a entendeu enquanto progresso do país; enalteceu a independência nacional; compreendeu que a colonização por Portugal introduziu tecnologias no Brasil. O estudioso argumenta que há traços em relação às questões étnico-raciais; pois o material valorizou a presença da população negra e a Abolição da Escravatura e tinha uma visão positiva quanto à relação entre negros e brancos no

⁹ Os escritores que Santos (2010) cita como os que possuem mais excertos na obra são: Afonso Celso, Alexandre Herculano, Arthur Azevedo, Carlos Laet, Coelho Neto, Eça de Queiroz, José de Alencar, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Raul Pompéia e Ruy Barbosa.

período posterior a esse evento. Para Santos (2010, p. 88), há a “[...] absolvição da mestiçagem”, que, à época, era entendida como promotora da degeneração, bem como está presente a desqualificação da população indígena, que foi apresentada enquanto ignorante, ingênua e mística.

No que concerne à exaltação à natureza, cabe especial menção, pois esse traço é marcante no livro. Além disso, está presente também em *Poesias Infantis* (1904), como é possível identificar no trecho do poema *As Estações: canto e dansa*: “[...] E dansando, celebramos/ A gloria da Natureza” (BILAC, 1904, p. 31). Segundo Lajolo e Zilberman (1984, p. 39), esse elemento esteve presente na nascente literatura infantil brasileira e, desde o romantismo e a colonização, na literatura geral. As referências à pátria, majoritariamente, fazem-se em meio à exaltação à natureza, de acordo com as pesquisadoras. Para ressaltar a afirmação, citam que, na poesia e “[...] particularmente na poesia de Olavo Bilac”, o significante terra transita, quase que imperceptivelmente, pelos significados de natureza e de nação.

De acordo com Antônio Cândido (2000), a literatura brasileira se formou definitivamente após a Independência (1822). Após esse evento, desenvolveu-se o Romantismo, que, segundo o autor, era nacionalista, sentimental e abordava a natureza do país. A literatura oferecida por Bilac e por Bomfim parece se coadunar com essas características, porque utilizaram, no *Livro de Leitura* (1899), textos desse movimento. Como exemplo, podemos citar as descrições *Ave-Maria*, de José de Alencar, e *A casa da avó*, de Joaquim Macedo. A primeira tece a respeito do pôr do sol. A segunda aborda a exuberância de uma ilha que é “[...] adornada de mil flôres sempre brilhantes e viçosas, graças á eterna primavera desta nossa boa terra de Santa Cruz” (MACEDO, 1899, p. 125). Esse enaltecimento à natureza possuía cunho patriótico, porque era um modo de mencionar o país de forma honrosa.

Na obra em questão, há um ideal de ensino. No capítulo *Explicação*, afirma-se que, no curso complementar, ao qual se destinava o material, era preciso ensinar o aluno a utilizar os livros para a apropriação do conhecimento. Bilac e Bomfim (1899, 1930, p. 10) mencionam que, nos cursos elementar e médio, havia a necessidade de disponibilizar ao estudante somente os livros de leitura; mas esse tratamento não poderia perdurar até a última fase primária. A partir de então, era imprescindível levar o aluno a se valer dos materiais pedagógicos para a aprendizagem, porque “[...] Sem isto, a escola terá feito tudo, menos o que é de seu estricto dever, isto é, ensinar a

estudar”. Em *Através do Brasil* (1910), Bilac e Bomfim (1910, 2014, p. 1) apresentam uma função do professor: “[...] E’ ele quem ensina, é ele quem principalmente deve levar a criança a aprender por si mesma”. Configurava-se numa educação formal que não se limitava aos resultados, mas abordava também o processo de apropriação do saber e, portanto, aproximava-se das ideias escolanovistas.

Vale enfatizar que os princípios da Escola Nova angariariam força anos depois, com as reformas realizadas na década de 1920, na Bahia, com Anísio Teixeira; no Ceará, com Lourenço Filho; no Paraná, com Lisímaco da Costa; em Pernambuco e no Rio de Janeiro, com Carneiro Leão e em São Paulo, com Fernando de Azevedo (MACHADO, WERRI, 2018). A publicação do *Manifesto dos pioneiros da educação nova* (1932) representa o ápice desse movimento educacional no Brasil.

Considerações finais

Diante do que expomos, podemos inferir que o ensino preconizado por Olavo Bilac e por Manoel Bomfim em muito se coadunava com as ideias pedagógicas modernizadoras do período. O afastamento do ensino livresco, baseado na memorização e na repetição, por exemplo, é comum aos literatos e às ideias que se queriam implementadas no ensino brasileiro. À época, havia a preocupação, conforme Rozante (2013), de oferecer um ensino acessível à criança. Tal objetivo, segundo a pesquisadora, está presente no método intuitivo, muito discutido naquele tempo. Conforme nossos estudos, essa ideia também pode ser encontrada na educação pensada pelo escritor. Isso pode ser atestado pela análise do *Livro de Leitura* (1899), que foi elaborado com o objetivo de oferecer às crianças modelos da então linguagem atual e, portanto, mais acessível ao aluno. O *Livro de Composição* (1899) também assegura o que afirmamos, visto que os exercícios da obra foram dispostos de modo que o estudante pudesse resolvê-los “[...] qualquer que seja seu grau de aptidão” (BILAC; BOMFIM, 1899, 1922, p. 8).

O ensino desenvolvido pela literatura infantil de Bilac e de Bomfim tinha o intuito de inculcar nas crianças a dedicação ao trabalho e ao estudo, a solidariedade, o respeito, a honra à pátria, entre outros valores. O objetivo consistia em formar uma classe dirigente solidária, laboriosa e adequada aos ideais de progresso e de modernidade, como requeria a sociedade republicana nascente.

A partir dos resultados assinalados, podemos relacionar o ensino preconizado por Bilac e por Bomfim à pedagogia moderna, que, de acordo com Carvalho (1989), tinha como base o método intuitivo; baseava-se nas particularidades e nos interesses das crianças; era contra a memorização e a repetição; e defendia o ensino simultâneo. Nesses resultados, porém, não há nenhuma novidade, visto que o Materialismo Histórico-Dialético, em que nos apoiamos para o desenvolvimento desta pesquisa, entende que os objetos são determinados pelo seu meio. É, portanto, esperado que o ensino pensado pelo poeta e pelo médico se coadune com as ideias educacionais do período. No entanto, há certas similaridades entre o ideal pedagógico bilaquiano e bomfiniano e a Escola Nova, como pudemos observar no decorrer deste texto. No *Livro de Composição* (1899), estão presentes as ideias de espontaneidade da criança; de aprender a pensar: “[...] Assim, afirmamos e procuraremos provar que a verdadeira sciencia não está em ter de memoria as lições estudadas, ou recebidas, mas em saber servir-se d’ellas para pensar e raciocinar” (BILAC; BOMFIM, 1899, p. 209). A ideia de valer-se dos estudos para aprender a se apropriar do saber também está presente no *Livro de Leitura* (1899) e em *Através do Brasil* (1910), como expomos anteriormente.

Como podemos observar, o ensino elaborado por Olavo Bilac e por Manoel Bomfim voltava-se ao processo de internalização do conhecimento. Essa característica nos remete à ideia de aprender a aprender, defendida pela Escola Nova, conforme nos citam Machado e Werri (2018). O *Manifesto dos pioneiros da educação nova* atribui relevância ao processo de apropriação do saber. Essa relevância também pode ser encontrada no livro *Experiência e Educação*, de John Dewey, que mencionou que a Escola Nova se guia pelo princípio da aprendizagem mediante a experiência do aluno.

Pode ser um risco relacionar dois movimentos que ocorreram em momentos distintos, visto que a pedagogia ativa se consolidou no Brasil, na década de 1930, apesar de emergir no fim do século XIX. Diante disso, não podemos afirmar que Bilac ou Bomfim prepararam o “terreno” para a efetivação da Escola Nova no país ou tampouco que esse movimento educacional influenciou as ideias pedagógicas dos autores; mas não podemos negar as similaridades entre ambos.

Referências:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Fundação. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2000. Disponível em <https://www.academia.org.br/academia/fundacao> acesso em 20 de novembro de 2020.

ARAÚJO, J. C. S.; VALDEMARIN, V. T.; SOUZA, R. F. A contribuição da pesquisa em perspectiva comparada para a escrita da história da escola primária no Brasil: notas de um balanço crítico In: SOUZA, R. F.; FERREIRA, A. C. P.; LOPES, A. P. C. **História da escola primária no Brasil**: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional (p. 27-45). Aracaju, SE: EDISE.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A retórica da infelicidade: laço social e leitura em livros escolares do cânone republicano. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 87-102, set./dez. 2012.

BILAC, Olavo Brás Martins dos Guimarães; BOMFIM, Manoel José. **Poesias Infantis**. 1 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.

BILAC, Olavo Brás Martins dos Guimarães; BOMFIM, Manoel José. **Livro de Leitura para o curso complementar das escolas primárias**. ed. 25 Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.

BILAC, Olavo B. G.; BOMFIM, Manoel J. **Livro de Composição para o curso complementar das escolas primárias**. ed. 3 Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

BILAC, Olavo Brás Martins dos Guimarães; BOMFIM, Manoel José. **Através do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Poeta Editor Digital, 2014.

BILAC, Olavo. *Vossa Insolência* (organização de Antônio Dimas) São Paulo: Companhia das Letras, 1996 PESSOAL In: DIMAS, Antônio. **Vossa Insolência**: crônicas. 1 edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL. Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Approva o regulamento da Instrução Primária e Secundária do Districto Federal. **Palacio do Governo Provisorio**, 8 de novembro de 1890, 2º da Republica.

CANDIDO, Antonio Mello e Souza. **Literatura e Sociedade**. 8 ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARVALHO, Marta M. C. de. **A escola e a República**. 1 ed. São Paulo: editora brasiliense, 1989.

CORDEIRO, Andréa Bezerra. **Dando vida a uma raiz: o ideário pedagógico da Primeira República na poesia infantil de Olavo Bilac**. 2005. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

DIMAS, Antonio. Índice In: DIMAS, Antonio. **Vossa Insolência**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 9-27.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FERNANDES, Giselle. Livro de Composição para o Curso Complementar das Escolas Primárias. In: FERNANDES, Giselle. **Livros de Redação no Brasil: o começo de uma história**. 2001. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 94-124

GUIMARÃES, Rodrigo Belinaso. **A vida sob efeitos do transe: tecnologias do eu e sugestões escolares nos livros didáticos de Manoel Bomfim e Olavo Bilac**. 2004. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

HANSEN, Patrícia Santos. Golpe de Memória: usos políticos de Olavo Bilac no século XX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 61, p. 122-139, ago. 2015.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Na República Velha, a formação de um novo gênero. In: LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1984. p. 21-43.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2009.

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova: a reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. A metafísica da economia política. In: MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Centauro, 2001. p. 93-112.

NAGLE, Jorge. Os setores da sociedade brasileira. In NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 1974.

NICOLAU, José de. Parnasianismo In: NICOLAU, José de. **Literatura brasileira: das origens aos nossos dias**. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Eliana Alves; et al. A contribuição de John Dewey para a educação. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 154-161, mai. 2009.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens da escola paulista**. 1 edição. Campinas: Autores Associados, 1995.

RODRIGUES, Linduarte Pereira. O erotismo em Bilac: amor, tentação e pecado In: Anais da XX Jornada – GELNE, João Pessoa, s/d. **Anais**. v. 1, n. 1, p. 1449-1454.

ROZANTE, Ellen Lucas. **A educação dos sentidos no método intuitivo e o caso das escolas públicas isoladas de São Paulo (1889-1910)**. 2013. Tese de Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Alexsandro do Nascimento. Projetos de nacionalidade e narrativas sobre ‘nação’ e ‘povo brasileiro’ no Livro de Leitura e em Atravez do Brasil. In SANTOS, Alexsandro do Nascimento. 2010. **Pátria, nação, povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 67-114.

SANTOS, José Geraldo dos. Manoel Bomfim visto por seus contemporâneos. In SANTOS, José Geraldo dos. 2017. **Manoel Bomfim: racialismo, mestiçagem e índios**. Dissertação de Mestrado – Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói, 2017. p. 18-50.

SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque In: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4 edição. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Karla Goularte da. **Os nacionalismos nos livros de leitura da Primeira República (1889-1930)**. 2010. Dissertação de Mestrado – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

SILVA, Ligiane Aparecida da. Quem foi Manoel Bomfim? Carlos, você nos acompanha? In: SILVA, Ligiane Aparecida da. **Um intelectual iconoclasta: o papel do símbolo na obra e ação política de Manoel Bomfim**. 2017. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2017. p. 30-61.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilidade In: SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XIX**. ed. 1. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 34-83